

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: CAMINHOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION: HISTORICAL, THEORETICAL, AND
METHODOLOGICAL PATHS IN BASIC EDUCATION

Ciências Humanas • 28/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/793077576](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/793077576)

Wanderson Carvalho da Rocha¹

Bruno Ferreira Campos da Silva²

Ivete Batista dos Santos³

Élida Fernanda de Lima Silva⁴

Érica Flávia de Lima Silva⁵

RESUMO

Este estudo objetiva analisar os caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva na educação básica brasileira. Por meio de revisão bibliográfica de caráter exploratório, com buscas realizadas no Google Scholar a partir de descritores relacionados a educação especial, educação inclusiva e práticas pedagógicas, discute-se a transição de modelos segregacionistas e integracionistas para perspectivas inclusivas, a partir de marcos legais e políticos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e documentos internacionais de referência. Contribuições de autores como Maria Teresa Eglér Mantoan e Romeu Kazumi Sassaki são mobilizadas para examinar concepções de inclusão escolar, acessibilidade em suas múltiplas dimensões e transformação das culturas e práticas pedagógicas. Os achados da literatura sugerem que a educação inclusiva pode se configurar como processo contínuo de eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, embora dependa de condições formativas docentes, institucionais, de recursos e de articulação com o atendimento educacional especializado. Considera-se que a implementação de práticas inclusivas na educação básica permanece condicionada a contextos locais e a políticas específicas, o que limita possibilidades de generalização e aponta para a necessidade de investigações situadas sobre metodologias de ensino, formação continuada e organização do trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Educação especial; Educação inclusiva; Educação básica; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This study aims to analyze the historical, theoretical, and methodological trajectories of special and inclusive education within

Brazilian basic education. Through an exploratory literature review—conducted via Google Scholar using keywords related to special education; inclusive education; and pedagogical practices—the study discusses the transition from segregationist and integrationist models to inclusive perspectives; drawing on legal and policy frameworks such as the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008); the Brazilian Inclusion Law (2015); and key international documents; Insights from authors such as Maria Teresa Eglér Mantoan and Romeu Kazumi Sassaki are utilized to examine concepts of school inclusion; the multidimensional nature of accessibility; and the transformation of pedagogical cultures and practices; Literature findings suggest that inclusive education can be understood as an ongoing process of eliminating architectural; attitudinal; and pedagogical barriers; however; this process relies on factors such as teacher training; institutional conditions; resource availability; and coordination with specialized educational services; The study concludes that the implementation of inclusive practices in basic education remains contingent upon local contexts and specific policies; which limits generalizability and highlights the need for situated research on teaching methodologies; continuing education; and the organization of pedagogical work.

Keywords: Special education; Inclusive education; Basic education; Pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

A educação especial e inclusiva constitui-se como campo de tensões, avanços e desafios persistentes na educação básica brasileira. A transição de modelos históricos de segregação e de integração para perspectivas que defendem a escolarização de

todos os estudantes no ensino comum tem sido orientada por marcos legais e por contribuições teóricas que problematizam barreiras à participação e à aprendizagem. Documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) estabelecem princípios de acessibilidade, de atendimento educacional especializado e de transformação das práticas pedagógicas. Contudo, a literatura indica que a efetivação desses princípios no cotidiano escolar permanece condicionada a fatores formativos, institucionais e contextuais.

O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser formulado nos seguintes termos: de que modo os caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva se relacionam com a organização de práticas pedagógicas na educação básica? Essa questão emerge da observação de que, embora as políticas e os referenciais teóricos defendam a inclusão como direito e como processo de eliminação de barreiras, estudos sugerem que a implementação de práticas inclusivas depende de condições específicas de formação docente, de recursos, de gestão e de articulação com o atendimento educacional especializado. A literatura aponta, ainda, para a necessidade de examinar como concepções teóricas se traduzem (ou podem se traduzir) em metodologias de ensino no cotidiano das escolas.

A justificativa para o desenvolvimento desta investigação reside na necessidade de compreender os percursos históricos e teóricos que fundamentam a educação especial na perspectiva inclusiva, bem como as possibilidades metodológicas discutidas na literatura para a educação básica. Autores como Maria Teresa Eglér Mantoan têm contribuído para a distinção entre integração e inclusão e para a

defesa de uma escola que se reorganize para acolher a diversidade. Romeu Kazumi Sassaki, por sua vez, oferece elementos sobre dimensões da acessibilidade e sobre a construção de sociedades inclusivas. Ao dialogar com essas e outras contribuições, o estudo busca mapear compreensões disponíveis sobre os caminhos históricos, teóricos e metodológicos que orientam (ou podem orientar) práticas pedagógicas inclusivas.

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo consiste em compreender os caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva na educação básica. Para o alcance desse objetivo, foram delineados dois objetivos específicos: (1) analisar as principais contribuições históricas e teóricas sobre educação especial e inclusiva, com atenção aos marcos legais e às concepções de inclusão escolar; e (2) examinar como a literatura descreve possibilidades metodológicas e práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva na educação básica. Esses objetivos orientam uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, realizada a partir de buscas no Google Scholar, com foco em produções que discutem políticas, teorias e práticas de educação especial e inclusiva.

A organização do texto segue a estrutura a seguir. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, no qual se discutem os caminhos históricos, os conceitos centrais e as discussões metodológicas sobre educação especial e inclusiva. Em seguida, descreve-se o percurso metodológico adotado. Posteriormente, analisam-se as produções selecionadas à luz dos objetivos da investigação. Por fim, apresentam-se as considerações finais. O percurso realizado busca contribuir para o aprofundamento das discussões sobre educação especial e inclusiva na educação básica,

reconhecendo a natureza situada e contextual das relações entre teorias, políticas e práticas.

A contextualização histórica da educação especial no Brasil remete a períodos de exclusão e de institucionalização segregada, seguidos por movimentos de integração e, mais recentemente, por políticas que priorizam a escolarização no ensino comum com apoio especializado. A literatura indica que a Política de 2008 representou um marco na reorientação das diretrizes nacionais, ao defender a educação especial como modalidade transversal e o atendimento educacional especializado como complemento, e não como substituto, do ensino comum. Estudos sugerem que, apesar dos avanços normativos e do crescimento das matrículas de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns, persistem desafios relacionados à formação docente, à acessibilidade e à organização do trabalho pedagógico.

No que se refere às dimensões teóricas, a literatura mobiliza contribuições que distinguem inclusão de integração e que enfatizam a necessidade de transformação das culturas, das políticas e das práticas escolares. Discussões sobre acessibilidade em suas dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal aparecem como elementos centrais para a efetivação do direito à educação. Autores que analisam práticas pedagógicas inclusivas destacam a importância de metodologias flexíveis, de trabalho colaborativo e de articulação entre o professor da classe comum e o professor do atendimento educacional especializado. Essas discussões se mostram relevantes para compreender as possibilidades e os limites da implementação de práticas inclusivas na educação básica.

Discussões recentes na literatura educacional brasileira têm destacado a importância de examinar não apenas os marcos legais e teóricos da educação inclusiva, mas também os processos pelos quais esses referenciais se traduzem em práticas no interior das escolas. Revisões e estudos empíricos indicam que a efetivação da inclusão escolar pode se beneficiar de formações continuadas específicas, de recursos de acessibilidade e de organização colaborativa do trabalho pedagógico. Ao mesmo tempo, esses estudos registram desafios persistentes, como a insuficiência de formação inicial e continuada, a escassez de recursos e as dificuldades de articulação entre o ensino comum e o atendimento educacional especializado.

Autores que analisam as políticas de educação especial na perspectiva inclusiva argumentam que a centralidade do direito à educação de todos os estudantes demanda transformações nas culturas escolares e nas práticas docentes. A literatura sugere que a mera matrícula em classes comuns, sem as condições adequadas de apoio e de acessibilidade, pode não se configurar como inclusão plena. Essas observações não invalidam os avanços normativos, mas indicam a necessidade de investigar como os caminhos históricos e teóricos se articulam com as metodologias e as práticas concretas, considerando as mediações realizadas por gestores, professores e equipes de apoio.

Diante dessas discussões, a presente investigação se justifica pela possibilidade de sistematizar compreensões disponíveis sobre o tema e de identificar elementos que merecem aprofundamento. Ao propor como objetivo geral a compreensão dos caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva na educação básica, o estudo busca oferecer um mapeamento que

possa servir de referência para pesquisas futuras e para reflexões no campo da formação de professores e da organização escolar. Os objetivos específicos orientam o percurso de revisão bibliográfica e a organização da análise das produções selecionadas, reconhecendo o caráter situado das evidências disponíveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

A fundamentação teórica deste estudo articula discussões históricas, teóricas e metodológicas sobre a educação especial e inclusiva na educação básica. As contribuições mobilizadas examinam a transição de modelos segregacionistas e integracionistas para perspectivas que defendem a escolarização de todos os estudantes no ensino comum, bem como as condições necessárias para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas.

Mantoan (2015) distingue inclusão de integração e argumenta que a inclusão demanda a reorganização da escola para acolher a diversidade sem diferenciações que possam ser consideradas excludentes. Em trabalho posterior, a autora afirma que “a escola que queremos se propõe a fazer, simplesmente, o que lhe cabe: ensinar a todos sem quaisquer diferenciações que possam ser consideradas excludentes” (Mantoan; Lanuti, 2022, p. 12). Essa formulação oferece um parâmetro ético e pedagógico para analisar as possibilidades de transformação das culturas e das práticas escolares. Sassaki (2010) contribui com discussões sobre as dimensões da acessibilidade, incluindo as dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, elementos que se mostram relevantes para a efetivação do direito à educação de todos os estudantes.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) estabelecem princípios de transversalidade da educação especial e de oferta de atendimento educacional especializado como complemento, e não como substituto, do ensino comum.

Estudos indicam que esses marcos orientaram o crescimento das matrículas de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns, embora a literatura registre desafios persistentes relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos e à organização do trabalho pedagógico. Glat e Blanco (2011) examinam a ressignificação de práticas pedagógicas para a escola inclusiva, enfatizando a necessidade de colaboração entre o professor da classe comum e o professor do atendimento educacional especializado.

Pinheiro Filho et al. (2024) discutem a diferenciação pedagógica e a avaliação formativa como estratégias que podem favorecer a inclusão, ao mesmo tempo em que registram barreiras estruturais e atitudinais ainda presentes nas escolas. Costa e Melo (2024) examinam avanços legislativos e desafios práticos, destacando a importância da formação continuada dos professores para a consolidação de práticas inclusivas. É preciso ainda falar sobre as salas de aula neurodivergentes e sobre o desenho universal para que as aprendizagens indiquem que a flexibilização do ensino e a colaboração entre profissionais podem apoiar a participação e a aprendizagem de estudantes com transtorno do espectro autista e outras condições.

Autores que analisam aspectos históricos contextualizam a trajetória da educação especial no Brasil. Jannuzzi (2012) examina a educação de pessoas com deficiência desde os primórdios até o início do século XXI, evidenciando a transição de modelos assistencialistas e segregados para abordagens mais pedagógicas. Mendes (2006) discute a radicalização do debate sobre inclusão escolar e os desafios de superação de práticas de exclusão. Carvalho (2010) analisa a formação de professores para a educação inclusiva e a necessidade de mudanças nas concepções e nas práticas docentes.

Baptista (2011) examina a educação especial como modalidade transversal e as implicações para a organização escolar. Prieto (2010) discute políticas de inclusão e a formação de professores. Kassar (2011) analisa a educação especial na perspectiva inclusiva e os desafios de implementação.

No campo metodológico, a literatura mobiliza discussões sobre desenho universal para a aprendizagem, tecnologias assistivas, trabalho colaborativo e diferenciação pedagógica. Estudos de 2023 a 2026 indicam que a efetivação de práticas inclusivas depende de condições formativas específicas, de recursos de acessibilidade e de uma gestão que favoreça a reflexão coletiva.

Autores como Rosângela Machado, em trabalhos em parceria com Mantoan, contribuem para a análise de proposições e de práticas de inclusão escolar. Outros trabalhos recentes examinam desafios de formação para a inclusão de estudantes com autismo e a importância de metodologias flexíveis e de avaliação formativa. Autores que investigam práticas pedagógicas inclusivas e os desafios da educação para todos destacam a necessidade de mudança cultural nas escolas e de apoio institucional contínuo. Para

Costa e Melo (2024), Trabalhos sobre neurodiversidade e sobre estratégias pedagógicas para estudantes neurodivergentes, sugerem que a articulação entre conhecimentos da neurociência e práticas pedagógicas pode contribuir para a inclusão, desde que acompanhada de formação e de condições adequadas.

Considera-se que o conjunto de autores mobilizados, incluindo Mantoan (2015; 2022), Sassaki (2010), Glat e Blanco (2011), Pinheiro Filho et al. (2024), Costa e Melo (2024), Jannuzzi (2012), Mendes (2010), Carvalho (2010), Baptista (2011), Prieto (2010), Kassar (2011), além de produções de 2023 a 2026 sobre neurodiversidade, desenho universal, formação interseccional e práticas colaborativas, permite identificar tanto convergências quanto tensões.

As convergências residem no reconhecimento da inclusão como processo de transformação das culturas, das políticas e das práticas escolares, bem como na dependência de condições formativas, institucionais e de recursos para a efetivação de metodologias inclusivas. As tensões aparecem nas avaliações sobre o ritmo da implementação e sobre os limites das políticas diante das desigualdades e das condições reais das escolas. Essas discussões orientam a análise das produções selecionadas e respondem aos objetivos de examinar contribuições históricas, teóricas e metodológicas sobre a educação especial e inclusiva na educação básica.

3. METODOLOGIA

A presente investigação configura-se como pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, orientada pela necessidade de mapear e compreender as produções acadêmicas disponíveis sobre os

caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva na educação básica.

Segundo Gil (2019), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses, o que se mostra pertinente diante da constatação de que as articulações entre referenciais teóricos e práticas inclusivas ainda demandam sistematização na literatura. A opção pelo delineamento bibliográfico justifica-se pelo objetivo de examinar compreensões históricas, teóricas e metodológicas a partir de fontes já elaboradas, sem a pretensão de produzir dados primários em campo.

Lakatos e Marconi (2017) caracterizam a pesquisa bibliográfica como aquela desenvolvida a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet. No presente estudo, a base de dados privilegiada foi o Google Scholar (Google Acadêmico), em razão de sua abrangência e da possibilidade de acesso a produções em diferentes formatos e bases indexadas.

As buscas foram realizadas a partir de combinações de palavras-chave como “educação especial”; “educação inclusiva”; “práticas pedagógicas”; “atendimento educacional especializado”; “acessibilidade”; “educação básica” e termos correlatos; com recorte temporal prioritariamente a partir de 2010; de modo a contemplar produções contemporâneas às discussões mobilizadas no referencial teórico; Foram realizadas buscas em português e; de forma complementar; em inglês; a fim de identificar possíveis contribuições internacionais relevantes.

A seleção dos materiais seguiu critérios de pertinência temática, disponibilidade de texto completo ou resumo expandido, relevância para os objetivos específicos da investigação e preferência por produções publicadas em periódicos ou anais de eventos reconhecidos na área da educação. Foram priorizados artigos de periódicos, capítulos de livros, anais de eventos, teses e dissertações que dialogassem com os caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva na educação básica.

Minayo (2014) destaca que a pesquisa qualitativa, da qual a abordagem bibliográfica exploratória se aproxima, busca compreender significados e relações em contextos específicos, o que orienta a análise interpretativa das produções selecionadas, sem a pretensão de generalizações estatísticas ou de representatividade amostral.

O percurso de análise envolveu a leitura flutuante dos títulos, resumos e, quando disponíveis, dos textos completos, seguida da identificação e registro de trechos que evidenciassem compreensões históricas, teóricas, posicionamentos dos autores e descrições de metodologias ou práticas pedagógicas.

Severino (2016) argumenta que a pesquisa bibliográfica exige rigor na seleção e no tratamento das fontes, de modo a evitar a mera compilação de informações e favorecer a construção de um diálogo crítico com o material examinado. Nesse sentido, as produções foram examinadas à luz dos objetivos do estudo, buscando identificar pontos de convergência, lacunas, tensões e possíveis relações entre caminhos históricos, teóricos e metodológicos, sempre reconhecendo o caráter situado e contextual das evidências disponíveis.

Considera-se que o delineamento adotado se mostra adequado à natureza exploratória da investigação e aos objetivos propostos de compreender os caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva. A limitação inerente à pesquisa bibliográfica, a dependência das produções já publicadas, a possível concentração de estudos em determinados contextos e a não inclusão de materiais não indexados no Google Scholar, é reconhecida e considerada na interpretação dos resultados. O percurso metodológico descrito orienta, assim, a apresentação e a discussão das produções analisadas na sequência do trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da revisão bibliográfica indicam que os caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva na educação básica se articulam de forma complexa e mediada por condições formativas, institucionais e de recursos. Mantoan (2015) distingue inclusão de integração e defende a reorganização da escola para acolher a diversidade sem diferenciações excludentes. Em trabalho posterior, a autora afirma que a escola inclusiva se propõe a “ensinar a todos sem quaisquer diferenciações que possam ser consideradas excludentes” (Mantoan; Lanuti, 2022, p. 12). Esses posicionamentos justificam a investigação ao evidenciar que a efetivação da inclusão demanda transformações nas culturas e nas práticas pedagógicas, e não apenas a matrícula de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns.

Sassaki (2010) contribui com a discussão sobre as dimensões da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal), elementos que se mostram centrais para a efetivação do direito à educação. Estudos recentes,

como os de Pinheiro Filho et al. (2024), indicam que práticas de diferenciação pedagógica e avaliação formativa podem favorecer a inclusão, embora registrem barreiras estruturais e atitudinais ainda presentes nas escolas.

Costa e Melo (2024) examinam avanços legislativos e desafios práticos, destacando a importância da formação continuada dos professores. Esses achados respondem ao objetivo específico de examinar possibilidades metodológicas descritas na literatura e confirmam a justificativa de que a implementação de práticas inclusivas depende de condições específicas de formação, recursos e gestão.

Glat e Blanco (2011) enfatizam a necessidade de colaboração entre o professor da classe comum e o professor do atendimento educacional especializado como condição para a ressignificação das práticas pedagógicas. Autores que analisam aspectos históricos, como Jannuzzi (2012) e Mendes (2010), contextualizam a transição de modelos segregacionistas e assistencialistas para perspectivas inclusivas, evidenciando que os avanços normativos, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), não se traduzem automaticamente em práticas transformadoras no cotidiano escolar. Carvalho (2010) e Baptista (2011) discutem a formação de professores como elemento central para a efetivação da inclusão, apontando para a necessidade de mudanças nas concepções e nas práticas docentes.

Os achados também apontam para a concentração de desafios relacionados à formação inicial e continuada dos docentes, à disponibilidade de recursos de acessibilidade e tecnologias

assistivas, e à articulação entre o ensino comum e o atendimento educacional especializado. Produções de 2023 a 2026 sobre neurodiversidade, desenho universal para a aprendizagem e práticas colaborativas sugerem que metodologias flexíveis, trabalho coletivo e diferenciação pedagógica podem apoiar a participação e a aprendizagem dos estudantes, desde que acompanhadas de condições formativas e institucionais adequadas. Autores como Prieto (2010) e Kassir (2011) reforçam que as políticas de inclusão demandam mediações locais e formação específica para se materializarem em práticas pedagógicas.

Essas evidências respondem parcialmente aos objetivos específicos de analisar contribuições históricas e teóricas e de examinar descrições de possibilidades metodológicas. Elas reforçam a pertinência da pesquisa ao mapear tanto os caminhos teóricos quanto as condições que mediam a implementação de práticas inclusivas na educação básica. A literatura examinada sugere que a inclusão se configura como processo contínuo de eliminação de barreiras, condicionado a contextos específicos, o que limita generalizações e aponta para a necessidade de investigações situadas.

Considera-se que os posicionamentos e achados levantados no referencial teórico justificam o estudo ao demonstrar a necessidade de compreender as mediações entre caminhos históricos e teóricos e as práticas pedagógicas que se desenvolvem nas escolas. Os resultados indicam convergências em torno da inclusão como processo de transformação das culturas e das práticas escolares e da dependência de condições formativas, institucionais e de recursos para a efetivação de metodologias inclusivas.

As limitações inerentes à pesquisa bibliográfica exploratória, reconhecidas no percurso metodológico, são consideradas na interpretação desses achados, apontando para a necessidade de investigações situadas que aprofundem essas relações em diferentes contextos, redes e etapas da educação básica brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo retomam o objetivo geral de compreender os caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva na educação básica, bem como os objetivos específicos de analisar as principais contribuições históricas e teóricas e de examinar como a literatura descreve possibilidades metodológicas e práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva.

A revisão bibliográfica realizada indica que a transição de modelos segregacionistas para perspectivas inclusivas tem sido orientada por marcos legais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), e por contribuições teóricas que defendem a transformação das culturas e das práticas escolares.

Autores como Mantoan (2015; 2022) e Sassaki (2010) oferecem referenciais relevantes para examinar a inclusão como processo de eliminação de barreiras e de reorganização da escola. Os resultados sugerem que os objetivos específicos foram parcialmente alcançados. A análise das contribuições históricas e teóricas permitiu identificar a distinção entre integração e inclusão, a centralidade das dimensões da acessibilidade e a importância da formação docente e do trabalho colaborativo.

Por sua vez, o exame das possibilidades metodológicas revelou discussões sobre diferenciação pedagógica, avaliação formativa, desenho universal para a aprendizagem e articulação entre o ensino comum e o atendimento educacional especializado, ao mesmo tempo em que evidenciou a dependência de condições formativas, institucionais e de recursos. Essa constatação confirma a justificativa apresentada na introdução e reforça a pertinência de mapear as compreensões disponíveis.

Considera-se que o texto elaborado se configura como um referencial inicial e necessário para os estudos sobre o tema. Ao sistematizar caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva na educação básica, o trabalho oferece elementos para pesquisadores, formadores de professores e docentes interessados em compreender as articulações entre políticas, teorias e práticas pedagógicas.

A natureza exploratória e bibliográfica da investigação impõe cautela na interpretação dos achados: as evidências permanecem situadas e a efetivação da inclusão depende de mediações locais específicas. Espera-se que o percurso realizado contribua para o aprofundamento das discussões sobre educação especial e inclusiva na educação básica. Investigações futuras poderão examinar, de forma mais detida e em diferentes contextos, como os referenciais teóricos se traduzem em práticas concretas, quais condições favorecem o trabalho colaborativo e a formação continuada, e como se articulam o atendimento educacional especializado e o ensino comum.

O presente estudo, ao mapear compreensões, identificar tensões e apontar lacunas, busca servir como ponto de partida para essas e

outras investigações que se proponham a compreender os caminhos históricos, teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva, reconhecendo a natureza situada e condicionada dessas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Educação especial e inclusão: contribuições para a formação de professores. *In*: CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). **Professores e educação especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 out. 2026.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 14 out. 2026.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

COSTA, Luana Estephany Gomes; MELO, Eliane Alves. Educação inclusiva no Brasil: avanços legislativos e desafios práticos. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 13, e12599, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n13-380>. Acesso em: 14 out. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da formação de professores. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 103-118, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos**. São Paulo: Summus, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PINHEIRO FILHO, Isac Sales et al. Práticas pedagógicas inclusivas no contexto brasileiro: desafios e perspectivas futuras. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 10, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-112>. Acesso em: 14 out. 2026.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Políticas de inclusão escolar no Brasil: sobre novos/velhos significados para a educação especial. *In*: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa (org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE), da Universidade de Uberaba *Campus Uberlândia*. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6147-2031>.

² Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE), da Universidade de Uberaba *Campus Uberlândia*. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

³ Especialista em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial (UCAM). Professora da Educação Básica. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

⁴ Especialista em Informática na Educação (IFMA). Professora de Matemática na rede municipal de Codó-MA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

⁵ Especialista em Ensino de Ciências (UEMA). Professora de Ciências na rede municipal de Codó-MA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).